

O LUGAR DO ÉTICO NA LITERATURA

Passados apenas poucos dias da realização do segundo turno da eleição presidencial de 2018 no Brasil, este novo número da Revista Criação & Crítica, coincidentemente ou não, chega a seus possíveis leitores com uma vasta discussão sobre as relações entre literatura e ética, sobretudo sob o signo da produção contemporânea. Uma relação difícil de não ser posta, visto a aproximação da barbárie já desenhada como uma nova normalidade – tão difícil quanto a própria conceituação do termo. De Aristóteles aos velhos caciques do congresso, dos críticos literários e filósofos aos juízes que ontem e hoje condenam escritores – Flaubert, Baudelaire, os autores de autoficção contemporâneos – por falta de certa ética, cada ser no mundo tem sua noção do que é “ético”, do que deve ser feito e como.

São questões primevas e complexas as que pautam o domínio da ética. O que pode o homem? O que pode o homem em relação ao Outro? Como se pode compreender que um sujeito afete e seja afetado pelo Outro? Qual é o alcance e o limite da responsabilidade? Como o discurso é permeado por todas essas inflexões? E, principalmente, como a linguagem, precisamente a literária – arte e prática de pensar, representar ou afastar o cotidiano que bate à porta –, ecoa, reverbera, reflete, potencializa todas essas questões? Os artigos que compõem essa rede de indagações apresentam ainda tantas outras. Mas, em sua maioria, levantam em uníssono a questão basilar: até onde pode ou deve ir o literário em sua possibilidade de colocar algo no mundo, colocando-se, assim, como um engajamento na leitura do real.

Talvez não por acaso, este número traz uma forte presença de análises de autores contemporâneos, alguns dos quais acaba por nos remeter a situações que pareciam distantes do horizonte e do contexto brasileiro, mas que se tornaram presentes nas últimas semanas – como a cumplicidade com a escalada da barbárie, ao apagamento dos rostos que deveriam ser a própria representação da diferença e a possibilidade de se erigir a civilização. Tema em tudo nosso contemporâneo, este é o caso do artigo “A trajetória de Leo Sammer em 2666, de Roberto Bolaño: notas sobre ética, autonomia e responsabilidade”, de Antonio Barros de Brito Junior. O autor discute um “dos mais devastadores romances do século XXI”, 2666, no qual vê uma espécie de missão da literatura de Bolaño – a saber, a “de mergulhar no caos e na devastação do mundo do pós-Guerra e das utopias falidas para acusar a própria civilização pelas mazelas da vida cotidiana, erigindo um antimonumento contra a barbárie.”.

O artigo se detém em um episódio que remete à representação do funcionamento burocrático da máquina nazista, e no modo de operação de um de seus funcionários, o comandante Leo Sammer. Esse se abstém da sua responsabilidade diante do destino de 500 judeus que erroneamente foram encaminhados para seu campo. A partir da compreensão ética de Lévinas, Antonio de Brito Junior teoriza que Sammer nega o rosto de todos os 500 judeus que o interpelam com sua presença e existência, encaminhando-os à morte, simplesmente alegando seu compromisso com o funcionamento ideal do aparelho nazista. Evocando seu “bem” proceder ao destinar migalhas de humanidade aos judeus, Sammer exime-se da responsabilidade de ação justificando que o Mal se encontra do lado do Estado nazista. A decisão final da morte dos 500 seres humanos, entretanto, cabe precisamente a ele – o que ecoa a célebre definição de Hannah Arendt acerca da banalidade do “mal”.

A literatura de testemunho apresenta-se marcante nesta edição, talvez porque lide com essa experiência da falência da ligação com o outro através da linguagem de modo quase certo. Laura de Mascaró também se embrenha nessa discussão. Em “A Ética na representação do horror em *La Douleur*, de Marguerite Duras”, localiza o caráter ético da literatura de testemunho no compromisso tecido entre o autor e sua tentativa de enformar o mundo pela escrita. Debruçando sobre seis textos de Duras produzidos no momento da Segunda Guerra Mundial, acidentalmente descobertos pela autora anos mais tarde, intitulados *La Douleur*, a articulista investiga a possibilidade de a escrita ser possível (ou decente) na experiência limite pós *Shoah*.

Concentrando sua discussão no paradoxo existente entre a impossibilidade de escrever nesse contexto e a condição da escritura ser justamente o espaço performativo para se instaurar um mundo a partir do que exatamente se diz, o viés apresentado por Mascaró aponta que é na experimentação dos limites e das fronteiras entre falso e verdade que tal coletânea de Duras opera: na “experimentação de formas, que coloca em xeque a representação da metafísica clássica” a escritora extrapolaria a discussão estética ligada meramente a uma busca técnica e narratológica. Assim, bem colocado por Laura Mascaró, sobre o ético na literatura, poderia-se afirmar: “Tentando formular uma resposta ao irrepresentável, Duras aproxima-se cada vez mais dele, inserindo-se em um debate ético – o de como representar o irrepresentável e o que não se dá naturalmente à representação –, que necessariamente possui um cunho estético.”

E o que seria a literatura de testemunho? Annie Ernaux, por exemplo, se distancia de Duras (a quem é, a todo momento comparada) justamente por negar qualquer elemento de ficção em sua literatura – que muitos insistem em reduzir ao típico rótulo “autobiográfico”. Para Ernaux, dizer a verdade, a verdade da sua vida, sem qualquer traço de ficcionalização é mais que um projeto pragmático de produção do literário – é, também, uma postura ética, como bem analisa Raíssa Furlanetto Cardoso em *A recusa do “eu” autobiográfico em *Les Années**”.

Mais que um projeto de rememoração da evolução de si como sujeito, e mais que uma crítica do “eu” (convertido em “ela” e em “nós”, o sujeito e o objeto se perdem e se reencontram), o artigo vê em Ernaux, sobretudo em *Les années*, uma decisão consciente de não “estetizar” o real vivido por si e, sobretudo, pelos outros. Postura de defesa do real, de sua linguagem, de sua estética própria que vai, ao menos em parte, ao encontro de tantos outros autores contemporâneos ligados à chamada autoficção francesa, como Christine Angot e Edouard Louis – ainda que esses sejam criticados justamente por tal apropriação indébita do real vivido por outrem.

Colocando também em jogo a discussão das noções de “verdade”, “ficção” e de “honestidade”, Ana Paula Patrocínio apresenta “Ficção e realidade autoral em *Operación Masacre*, de Rodolfo Walsh. Mobilizando noções como as de autor implícito, *alter ego*, narrador dramatizado e não-dramatizado, a autora considera que Walsh cria tais camadas em seu texto a fim de se colocar mais colado ou menos à narrativa que constrói: “Todas as distâncias são controladas pelo narrador que, como veremos, manipula a narrativa a partir da mobilização de vozes, de modo que ele pode estar mais ou menos distante dos personagens da história que conta, das normas do leitor e/ou do autor implícito.” O uso alternado de primeira e terceira pessoas, também, se revela como um modo de realizar essa manipulação da narrativa, que coloca em jogo a aderência do leitor ao fuzilamento de doze homens narrado pelo autor argentino. De acordo com a autora, portanto, essas balizas estéticas apontam uma visada ética arquitetada pelo narrador do texto de Walsh.

Na literatura de língua portuguesa também entrevemos essa discussão dos limites entre a literatura e o outro. Em “Mia Couto: uma estética engajada”, Everton Micheletti se detém na compreensão de que tendo o escritor moçambicano se afastado de uma ação política direta – constatando os maus caminhos tomados pelo governo que antes apoiara, o que revela sua decepção com os usos do poder –, a atividade literária é escolhida como modo de se colocar no mundo. “Para sermos homens/desocupamos o silêncio” é o verso fundamental apontado por Micheletti para a assunção da linguagem como esse meio de defender a liberdade. Localizado ainda no aspecto temático, a opção pelo desvendamento do mundo que cabe ao escritor ecoa os pressupostos satreanos que marcaram a discussão acerca do caráter ético da literatura nos anos de 1947. Por meio da “desautomatização da linguagem” também, Couto, aos olhos de Micheletti, instaura uma relação ativa na concepção do leitor, que precisa entrar no jogo da leitura, assumindo sua responsabilidade na criação do sentido. Essa chamada dupla de Lotman e da Estética da recepção (e por que não também de Barthes) reforça novas concepções de como a ética se constrói via leitura.

Mas ao fazer suas escolhas do que e como representar, seria possível a o autor criar sem posicionar-se eticamente diante da sociedade? Em “Arte, tragédia e interdição da criticidade: o confronto entre ética e estética em “Estão apenas ensaiando”, de Bernardo de Carvalho”, Márcio Felipe da Silva e Vinicius Carvalho Pereira analisam o conto deste escritor contemporâneo sob a problemática da dicotomia do objeto da arte, entre o real que lhe seria externo e sua autor-referencialidade. Haveria na metaficção de Bernardo de Carvalho uma crítica à demanda ética enquanto “elemento inibidor dos mecanismos de apreciação estética”. À arte, enquanto “artifício autoconsciente”, não seria imposta uma responsabilidade nesse sentido com um real externo a ela. O conto em questão apresenta o objeto artístico enquanto autônomo, artifício não sujeito a restrições éticas.

De todo modo, talvez essa autonomia da literatura não seria algo assim tão evidente. Haveria uma força inominável que a sustentaria. É o que expõe Davi Lara, em seu artigo, “Em busca da ética de escrita contemporânea”, ao indagar-se: “Qual impulso molda a escrita de nosso tempo, não como um sinal visível, não como uma marca, mas como uma miragem, como um devir? Qual é o principal afeto que os escritores mobilizam quando se propõem a entrar no jogo da escrita?”. Percorre então as reflexões de Michel Foucault, Giorgio Agamben, Daniel Link e Roland Barthes em torno da noção de autor para esboçar brevemente uma concepção de ética da escrita contemporânea. Ela residiria na consciência de que haveria uma constante busca por um princípio ético de escrita, sustentado por uma “palpitação de vida” em devir, tal como consta nos dizeres de Daniel Link. Para expor uma manifestação contemporânea de tal ética enquanto “tatear no escuro”, ele propõe um breve comentário sobre o romance Soldado de Salamina, de Javier Cercas.

Conforme o leitor atravessa as páginas deste número, ele segue por uma trilha pela qual vagaram escritores e personagens em busca de sua ética. Em alguns casos, a paisagem que ilustra seu passeio será a de ruínas. Em “Não basta fabricar um sangue comum – ética realista em *Passeiro do fim do dia*, de Rubens Figueiredo”, Danielle Corpas expõe como a literatura pode nos oferecer um olhar crítico sobre o social que diverge da clássica ética realista-naturalista. A autora enfatiza a sobriedade narrativa de Rubens Figueiredo diante da matéria brasileira e “a identidade de classe pulverizada” dos mais pobres: o protagonista do romance, Pedro, tendo ascendido da classe pobre para a pequeno-burguesa, dispersa-se em reflexões ao longo do seu percurso de ônibus ao bairro pobre onde mora Rosane, sua namorada. Tal dispersividade torna-se forma de

justapor suas experiências e, com elas, a dificuldade de identificação e pertencimento a uma classe. Diante da desigualdade e da violência do cotidiano brasileiro, o foco narrativo que atravessa o protagonista desenha “um mosaico em que sobressai a estranheza da indissociação entre o corriqueiro e o brutal na vida cotidiana”.

Esse perambular de personagens dispersivas e essa diversidade de temas justapostos conectam este artigo a outro trabalho sobre o escritor Robert Bolaño e sobre o qual, em círculo, fechamos este número. Em “Orfandade, movimento, presença. Sobre uma ética da literatura em *Putas asesinas*, de Roberto Bolaño”, Wanderlan Alves analisa os contos “Ojo Silva”, “Días de 1978” e “Vagabundo en Francia y Bélgica”, da coletânea do escritor chileno, apresentando a possibilidade de uma ética pertencente e interna à literatura expressa na marginalidade e no deslocamento tanto das personagens quanto do artista em constante busca pela sua arte: “Nesse sentido, é uma ética do artista em primeiro lugar, mas, à medida que sua aposta incursiona na ideia de autonomia do objeto artístico, devém, também, em uma ética da própria arte e, neste caso, da literatura”. Sem lugar num mundo cujas instituições não oferecem referências confiáveis, o artista encontra-se na sua arte. Buscá-la constantemente é o “motor de existência” da literatura. A rica análise do autor, articulando os contos com as vozes de Schiller, Baudelaire, Foucault e Didi-Huberman, realça uma ética literária que consiste no direito à expressão de sua autonomia e liberdade, sendo o próprio ato de narrar uma errância da linguagem em torno do mundo inapreensível.

Assim, nesse momento de desamparo perante a política e as instituições sociais brasileiras, os artigos deste número mantêm a questão ética como motor para criação. Em momentos de extremo pesar, em situações-limite em que reinou a barbárie, o artista prosseguiu com seu ofício, manteve-se fiel à sua arte. Mas podemos ir além (e essa edição prova-o exatamente): mesmo em tempos de quebra democrática e desespero institucional, quando direitos e individualidades tendem a se perder no oceano de ignorância populista, há espaço para uma literatura que se engaje em posturas éticas diversas e longe do óbvio. Criticar a própria literatura, seu lugar, seus limites, é, em si mesmo, uma postura ética. Não é preciso fazer literatura politicamente engajada para manter uma postura eticamente defensável. É preciso, isso sim, sempre, manter a crítica como baluarte do ser e estar no mundo.

Carolina Molinar Bellocchio
Raphael Luiz de Araújo
Willian Vieira

São Paulo, 17 de Novembro de 2018